

CÂMARA MUNICIPAL

# Odielas

## Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 19 / 2017

19 de setembro de 2017



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 19 de setembro de 2017

**Tiragem:** 20 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

**Fotos de capa:** 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,  
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)



## ÍNDICE

### Página

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 6 de setembro de 2017

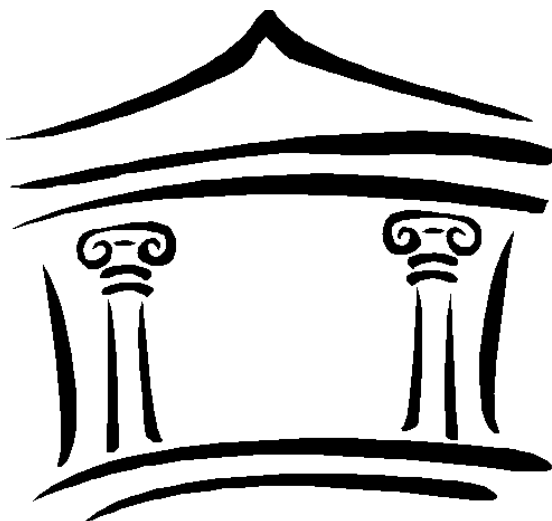
Ata da 2.ª reunião extraordinária de 2016 da Câmara Municipal de Odivelas	7
Ata da 1.ª reunião ordinária de 2017 da Câmara Municipal de Odivelas	7
Ata da 4.ª reunião ordinária de 2017 da Câmara Municipal de Odivelas	7
SIMAR de Loures e Odivelas - Concurso Público de Empreitada de Construção do Reservatório dos Pedernais	7
Protocolo entre o Município de Odivelas e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, fornecimento de refeições escolares na educação pré-escolar e a alunos do 1.º ciclo	8
Transferência de verbas para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)	10
Acordos de Colaboração e Cooperação para refeições escolares para o pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico	10
Transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja (escola Porto Pinheiro) e Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino (escola Carlos Paredes)	15
Isenção do pagamento das taxas referentes à submissão de comunicações prévias apresentadas pelos produtores de Marmelada Branca de Odivelas participantes no IV Festival da Marmelada Branca de Odivelas e Doçaria Conventual e Tradicional	15
Proposta de Contrato de Urbanização da Unidade de Execução da Colina dos Cedros	16
Proposta de Delimitação da Unidade de Execução Pedreira dos Pedernais	19
Delimitação, termos de referência e o relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução do Casal da Fonte	19
Nulidade do ato administrativo de aprovação do estudo de loteamento referente ao processo n.º 14191/L/OC, Quinta dos Cedros	22
Execução coerciva das obras de urbanização e manutenção em falta referente ao processo n.º 14668/L/OC, alvará n.º 11/2002, em Famões	22
Execução coerciva das obras de urbanização e manutenção em falta ou deficientemente executadas referente ao processo n.º 2620/LO, alvará de loteamento 7/2005, na Quinta das Flores, Caneças	22
Alteração ao alvará de loteamento n.º 09/2005, para os Lotes L01 a L15, L19 a L22 e L27 a L28, na Quinta do Barruncho, Granja da Paradela, União de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	22
Alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2002, para os lotes 19 e 99, Bairro Sete Quintas (AUGI 2), na União das Freguesias de Ramada e Caneças	23
Alteração ao alvará de loteamento n.º 14/89, para o Lote 245, Bairro Casal do Rato, União de Freguesias de Pontinha e Famões	23
Alteração ao alvará de loteamento n.º 03/2007, para os Lotes 4, 7, 18, 19 e 50, Bairro Quinta das Canoas, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	23



	Página
Alteração ao alvará de loteamento n.º 14/89, para o Lote 124, Bairro Casal do Rato, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	24
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 145, da Rua João de Barros, no Bairro Alto de Famões, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	24
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 161, da Rua Fernão Lopes, no Bairro Alto de Famões, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	24
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 77, da Rua da Boavista, no Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	24
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 713, da Rua Valentim António de Carvalho, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	24
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 585, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	25
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote B-138, da Rua D. José, Lote B-138, no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	25
 <b>2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA</b> realizada em 8 de setembro de 2017	
13.ª Alteração Orçamental (Extraordinária) de 2017, 15.ª Modificação Orçamental	25
3.ª Revisão Orçamental de 2017, 16.ª Modificação Orçamental	26
Prorrogação do prazo para a conclusão da construção da nova igreja do Casal da Silveira, em Famões	26
 <b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	
Despachos	27
Avisos	27
Decisões com Eficácia Externa	28
 <b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	
 <b>4.ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> realizada em 14 de setembro de 2017	
Moções	31
3.ª Revisão Orçamental de 2017, 16.ª Modificação Orçamental	32



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## CÂMARA MUNICIPAL

SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

### 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 6 de setembro de 2017

## DELIBERAÇÕES

### ATAS

#### **ATA DA 2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 26 de outubro de 2016. Foi solicitado, no decurso da presente reunião, de 6 de setembro de 2017, por parte do Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Rui Francisco, a introdução da transcrição de uma intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, na página 8 da referida ata da 2.ª reunião extraordinária de 2016.

**(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 4 de outubro de 2016)**

#### **ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de janeiro de 2017.

**(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 11 de janeiro de 2017)**

#### **ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 22 de fevereiro de 2017.

**(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 22 de fevereiro de 2017)**

#### **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DOS PEDERNAIS**

Concurso Público de Empreitada de Construção do Reservatório dos Pedernais, relativamente ao qual foi deliberado o seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10200, de 2017.08.30, da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos da Proposta n.º 283/2017, aprovada pelo Conselho de Administração dos SIMAR de Loures e Odivelas, na sua 72.ª reunião ordinária, remetida a esta Câmara Municipal através do seu ofício S/21339/2017, de 2017.08.25:

-Autorização para o início do procedimento para o Concurso Público de Empreitada de Construção do Reservatório dos Pedernais, ao abrigo dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), com preço base de 1.012.734,00 €, e acrescido de IVA à taxa legal em vigor, já cabimentada através da UR17/C00/433;

-Aprovação do Programa do Concurso;

-Aprovação do Caderno de Encargos;

-Aprovação da composição do Júri, o qual integrará:

#### Membros efetivos:

Filipe Vargues, como Presidente;

Nuno Simões, que substitui o presidente da sua ausência ou impedimento;

Florbela Marques Ferreira.

#### Membros suplentes:

Filipe Crespo;

Florbela Claro Ferreira.

-Delegação de competências na Chefe de Divisão de Aprovisionamento, com possibilidade de subdelegação as competências referidas nos artigos 77.º, 85.º, 100.º e 104.º, n.º 3 do CCP, e no júri as referidas no artigo 50.º, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do CCP.

**(Aprovado por unanimidade)**



**REFEIÇÕES ESCOLARES  
ANO LETIVO 2017/2018**

**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES  
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO  
PROTOCOLO**

Protocolo entre o Município de Odivelas e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) relativo ao fornecimento de refeições escolares a crianças de educação pré-escolar e a alunos do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho de Odivelas, para o ano letivo 2017/2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10278, de 2017.08.31.

“DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES  
E MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Protocolo de Fornecedor de Refeições Escolares a  
crianças da Educação Pré-escolar / alunos do  
1.º Ciclo do Ensino Básico

Considerando que as refeições escolares às crianças do pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico constituem matéria da competência dos Municípios de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que de acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Generalização do Fornecedor de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, publicado no anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes.

É celebrado o presente protocolo entre:

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), com o número de identificação de pessoa coletiva n.º 600086020, representada por Maria Manuela Pastor Faria, Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, como primeiro outorgante;

e

O Município de Odivelas, com o número de pessoa coletiva n.º 504293125, com sede nos Paços do Concelho - Quinta da Memória - Rua Guilherme Gomes Fernandes através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Odivelas, aqui representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado Segundo Outorgante.

**Cláusula primeira  
(Objeto do Protocolo)**

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições a crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), através dos refeitórios das escolas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário, nas instalações indicadas e nos termos do anexo I, que dele faz parte integrante. Os Agrupamentos de Escolas que constam no referido anexo poderão ser atualizados com a devida fundamentação.

**Cláusula segunda  
(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

A DGEstE, através dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, que constam do anexo I (5), compromete-se a:

1. Fornecer refeições equilibradas, sendo cumpridas todas as normas e procedimentos exigidos no âmbito da qualidade, higiene e segurança alimentar, nomeadamente os estipulados pela circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de agosto, da Direção Geral da Educação - “Orientações sobre ementas e refeitórios escolares - 2013/2014”.
2. Prestar o serviço de refeições às horas estabelecidas (3) nas instalações determinadas (4) aos alunos e crianças (2) dos estabelecimentos de educação e ensino (1) referidos no anexo I, durante o ano letivo, de acordo com o calendário escolar.
3. Disponibilizar as refeições ao preço unitário estabelecido contratualmente com o fornecedor de refeições confeccionadas, conforme consta no anexo 1.
4. Disponibilizar mensalmente ao segundo outorgante, através da aplicação REVVASE, a fatura referente às refeições das crianças de educação pré-escolar e 1.º ciclo fornecidas pelas escolas de 2.º, 3.º e secundário com gestão adjudicada pela DGEstE.

**Cláusula terceira  
(Obrigações do Segundo Outorgante)**

O Município de Odivelas através da Câmara Municipal, compromete-se a:

1. Subsidiar, o valor das refeições escolares dos alunos dos escalões A e B, bem como, o diferencial entre o preço real das refeições e o valor a pagar pelos alunos, de acordo com o definido no Despacho da Ação Social Escolar, conforme referência no anexo 1.
2. Assumir o pagamento mensal do valor que corresponde às refeições encomendadas pelos alunos e crianças dos





estabelecimentos de educação e ensino referidos no anexo 1, de acordo com o preço fixado, conforme n.º 3 da cláusula segunda.

3. O pagamento referido no ponto anterior é efetuado mediante a apresentação de faturas, emitidas pela DGEstE e disponibilizadas na aplicação REVVASE, através de transferência bancária para o NIB (078 101 120 112 001 149 884).

4. Disponibilizar, se necessário, a listagem nominativa dos alunos beneficiários da ação social escolar por estabelecimento de ensino aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas para possibilitar o registo das refeições encomendadas e consumidas na aplicação REVVASE.

Cláusula quarta  
(Situações Omissas)

As situações omissas serão resolvidas por acordo entre os outorgantes.

Cláusula quinta  
(Vigência)

1. O presente protocolo tem efeitos a partir de 1 de setembro de 2016, sendo renovado automaticamente para os anos Letivos seguintes.

2. O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos outorgantes, justificadamente e por escrito, com a antecedência mínima de 60 dias.

3. Em face de circunstâncias supervenientes, designadamente por motivos de variação significativa do número de utentes e de atividades desenvolvidas, por alterações Legislativas ou decorrentes do contrato de fornecimento estabelecido com a empresa prestadora do serviço de refeições, em função de outras participações financeiras (públicas ou privadas) destinadas a prosseguir os objetivos propostos, a vigência do protocolo poderá depender de revisão dos termos acordados entre os outorgantes.

Por estarem de acordo com o presente clausulado, vai o mesmo ser assinado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, extraindo-se cópias para conhecimento dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas constantes do anexo I.

Aos 30 de maio de 2017

Pelo Primeiro Outorgante,  
A Diretora-Geral dos  
Estabelecimentos Escolares,

Maria Manuela Pastor Faria

Pelo Segundo Outorgante,  
O Presidente da Câmara  
Municipal de Odivelas,

Hugo Manuel dos Santos  
Martins

Anexo I

Ano Letivo 2016/2017

Preço Contratualizado com o fornecedor (unitário), para 2016/2017: 1,43 € (mais IVA à taxa legal).

Valor a pagar pelo aluno (nos termos do Despacho anual da ASE)

Escala A: 0 €

Escala B: 0,73 €

Sem escala: 1,46 €

Escolas/JIs	Nº alunos Abrangidos	Horário da refeição	Local (fornecimento das refeições)	Refeitório que fornece e Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada	Obs.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Escola Básica Porto Pinheiro	J1 — 70 EB — 291		Refeitório Escola Básica Moinhos da Arroja	Escola Básica Moinhos da Arroja	

**(Aprovado por unanimidade)**



**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES  
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO  
TRANSFERÊNCIA DE VERBAS**

Transferência de verbas para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), relativa à comparticipação das refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, para o ano letivo 2017/2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10278, de 2017.08.31.

**(Aprovado por unanimidade)**

**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES  
ESCOLAS PORTO PINHEIRO E CARLOS PAREDES  
ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO**

Acordos de Colaboração e Cooperação para refeições escolares para o pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativamente à escola Carlos Paredes (agrupamento de escolas Pedro Alexandrino) e escola Porto Pinheiro (agrupamento de escolas Moinhos da Arroja, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10278, de 2017.08.31.

Acordo de Colaboração e Cooperação  
Agrupamento de Escolas de Moinhos da Arroja

“ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. De acordo com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, é competência das autarquias locais, em matéria de Educação (rede pública) “deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes” (alínea hh), do ponto 1 do artigo 33.º da sub-secção I, secção III;

2. Ao abrigo do Contrato de Execução n.º 366/2009 de 27 de outubro assinado entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Ministério da Educação e Ciência a Escola Básica de Moinhos da Arroja não integrou o processo de transferência de competências no domínio da gestão do parque escolar do 2.º e 3.º CEB, pelo que a sua gestão é da competência da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DGEstE-DSRLVT);

3. O refeitório escolar da Escola Básica Moinhos da Arroja é único e serve os alunos que frequentam os diferentes níveis de educação e ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos);

4. O fornecimento do serviço de refeições é da competência da DGEstE-DSRLVT no que se refere ao 2.º e 3.º ciclos, o Caderno de Encargos prevê apenas o

fornecimento do serviço de almoço e está concessionado a uma empresa de restauração coletiva;

5. A Câmara Municipal de Odivelas, por deliberação do Executivo Municipal, na sua 6ª Reunião Ordinária de 29 de Março de 2011, fornece três refeições diárias a todos os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo da rede pública, desde setembro de 2011;

6. O processo de organização e monitorização do fornecimento do serviço de refeições municipal (pequeno almoço, almoço e lanche) é da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas em articulação com os Coordenadores dos estabelecimentos de ensino EB e JI e que a prestação do serviço na Escola Básica de Porto Pinheiro constitui uma situação atípica, na medida que o processo de fornecimento de refeições está à responsabilidade da empresa que fornece as refeições na Escola Básica de Moinhos da Arroja;

7. Irá ser assinado entre a DGEstE-DSRLVT e Câmara Municipal de Odivelas um Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a Crianças das Educação Pré-escolar e alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para vigorar no ano letivo 2017/2018, cujo objetivo é estabelecer os termos e condições em que ambas as entidades de comprometem a garantir o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB e JI, através dos refeitórios das escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico;

8. No âmbito do referido protocolo, compete à Câmara Municipal de Odivelas exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições, traduzido no acompanhamento local do funcionamento do serviço e fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis.

É celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504293125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

e

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MOINHOS DA ARROJA com sede na escola EB Moinhos da Arroja, Rua Fernando Lopes Graça, 2675-549 Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 600079473, neste ato representado pelo Senhor Diretor do Agrupamento, Paulo Jorge Correia Bernardo, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

É de livre vontade e de boa fé celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.



Cláusula Primeira  
(Do Objeto)

1. O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e as condições do fornecimento do serviço de refeições escolares (pequeno almoço, almoço e lanche) aos alunos da Escola Básica de Porto Pinheiro.

Cláusula Segunda  
(Âmbito de Aplicação)

São beneficiários do serviço de refeições escolares todos os alunos que frequentam a Escola Básica de Porto Pinheiro, independentemente, da condição sócio-económica dos seus agregados familiares.

Cláusula Terceira  
(Das Condições de Acesso e do Pagamento do Preço das Refeições)

1. Por Despacho do Ministério da Educação, é anualmente fixado o preço da refeição a pagar pelos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública;

2. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade responsável pela gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico no Município de Odivelas, fixa anualmente o preço das refeições a pagar pelos alunos, tendo por base os valores estabelecidos pelo Ministério da Educação para o serviço de almoço. Quanto aos serviços de pequeno-almoço e lanche, os valores fixados são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas.

3. Para efeitos de fornecimento do serviço de refeições são considerados os seguintes escalões:

a) Escalão A – Aluno carenciado – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 1.º escalão para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta integralmente o custo da refeição;

b) Escalão B – Alunos Carenciados – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 2.º escalão para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta a diferença entre o custo da refeição e 50% do valor a pagar pelo aluno;

c) Escalão C – Alunos não carenciados – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 3.º escalão e seguintes para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta a diferença de preço entre o custo da refeição e o valor a pagar pelo aluno.

4. Para efeitos do serviço de almoço, a Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor real da

refeição praticado pela DGEstE-DSRLVT e o valor da comparticipação das famílias, conforme despacho do Ministério da Educação e Ciência a publicar anualmente.

5. Para efeitos do serviço de pequeno-almoço e lanche a Câmara Municipal de Odivelas efetua o pagamento integral da refeição diretamente à empresa adjudicatária do serviço, nos termos do procedimento em vigor para cada ano letivo.

Cláusula Quarta  
Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, na qualidade de entidade responsável pelo serviço de refeições ao pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico compromete-se a:

a) Disponibilizar ao Segundo Outorgante a listagem nominativa dos alunos beneficiários da ação social escolar a frequentar da Escola Básica de Porto Pinheiro, para possibilitar ao registo de refeições na aplicação RECORRA;

b) Efetuar a entrega de senhas de pequeno-almoço e lanche ao Segundo Outorgante, para efeitos da venda direta das mesmas aos pais e encarregados de educação, cuja aquisição ocorre no espaço da Escola Básica de Moinhos da Arroja;

c) Afetar recursos humanos destinados ao apoio, organização e funcionamento do refeitório escolar, dos alunos da Escola Básica de Porto Pinheiro;

d) Emitir mensalmente as Faturas comprovativas da aquisição das refeições (pequeno-almoço e lanche), mediante a contraentrega das tabelas preenchidas pelo Segundo Outorgante e visadas pelo Primeiro Outorgante, onde constem os seguintes elementos: listagem nominal com Números de Identificação Fiscal (NIF) dos alunos, escalão de comparticipação, identificação do número e tipo de refeição consumida;

e) Transferir trimestralmente para o Segundo Outorgante, os montantes destinados a suportar os custos do funcionamento do refeitório escolar da Escola Básica de Porto Pinheiro (gás, eletricidade, água e manutenção dos equipamentos de cozinha), de acordo com as refeições efetivamente consumidas, constantes nas listagens remetidas por este último, conforme alínea anterior;

f) Assegurar o pagamento das dívidas, por parte das famílias, ao Segundo Outorgante, que não tenham sido saldadas até ao final do ano letivo.



Cláusula Quinta  
(Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

- a) Efetuar a venda das senhas diretamente aos pais e encarregados de educação, de acordo com o escalão de comparticipação em que se encontrem, bem como proceder à entrega das faturas aos mesmos;
- b) Mensalmente receber a verba relativa à venda dos almoços e remetê-la à DGEstE;
- c) Mensalmente receber a verba relativa à venda das senhas de, pequeno-almoço e lanche e remetê-la à Câmara Municipal de Odivelas, mediante transferência bancária;
- d) Organizar e gerir diariamente o serviço de refeições da Escola Básica de Porto Pinheiro, bem como informar de véspera, a responsável pelo refeitório escolar, do número de refeições (pequeno-almoço e lanche) para o dia seguinte;
- e) Fornecer mensalmente ao Primeiro Outorgante as grelhas de controlo relativas ao número de refeições mensais fornecidas aos alunos, com Números de Identificação Fiscal (NIF) dos alunos, por escalão e por nível de ensino, para efeitos de transferência do valor das refeições consumidas;
- f) Registar, mensalmente, na plataforma RECORRA os consumos de almoços dos alunos de EB e JI da EB de Porto Pinheiro;
- g) Supervisionar o fornecimento diário do serviço de refeições, aferindo a adequabilidade e da qualidade do serviço prestado;
- h) Informar o Primeiro Outorgante de qualquer situação não conforme ocorrida no espaço de refeitório/cozinha e que tenha consequências diretas na prestação do serviço de refeições dos alunos da EB e JI da EB Porto Pinheiro;
- i) Facultar a visita e entrada nas instalações da Cozinha e Refeitório da Escola Básica Moinhos da Arroja ao Primeiro Outorgante, para que este último possa efetuar a monitorização da prestação do serviço;
- j) Transferir mensalmente para o Primeiro Outorgante a receita resultante da venda direta das refeições pequeno-almoço e lanche aos pais e encarregados de educação dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo da Escola Básica de Porto Pinheiro.
- k) Informar o Segundo Outorgante até ao dia 10 do mês seguinte, da lista de devedores.
- l) Diligenciar junto das famílias, o pagamento atempado das refeições, estabelecendo os contactos necessários para que eventuais dívidas sejam saldadas, evitando que as mesmas sejam apenas consideradas no final do ano letivo.

Cláusula Sexta  
(Da Vigência)

- 1. Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente acordo vigora para o ano letivo de 2017/2018, incluindo o período das interrupções letivas do pré-escolar;
- 2. O presente acordo considera-se automaticamente renovado, desde que:
  - O atual modelo de gestão e respetiva competência ao nível do refeitório se mantenha na esfera da DGEstE-DSRLVT;
  - Nenhum dos Outorgantes, mediante carta registada, manifestar, ao outro, o desejo de dele se desvincular, no prazo de 90 (noventa) dias de antecedência em relação ao seu termo inicial ou a qualquer das suas posteriores renovações.

Cláusula Sétima  
(Disposições Finais)

1.No demais, este acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo ambas as partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelo Ministério da Educação e Ciência.

2.Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado do mesmo, a menos que as Partes por acordo assim o entendam.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Pelo Primeiro Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Paulo Jorge Correia Bernardo)”



Acordo de Colaboração e Cooperação  
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino

“ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1.De acordo com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, é competência das autarquias locais, em matéria de Educação (rede pública) “deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes” (alínea hh), do ponto 1 do artigo 33.º da sub-secção I, secção III;

2.A Câmara Municipal de Odivelas, por deliberação do Executivo Municipal, na sua 6ª Reunião Ordinária de 29 de Março de 2011, disponibiliza três refeições diárias a todos os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública, desde setembro de 2011;

3.Conforme proposta formal do movimento anual da rede para o ano letivo 2017/2018 remetida pelo Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, a Escola Básica Carlos Paredes irá, no próximo ano letivo, receber alunos do 1.º ciclo do ensino básico;

4.No que se refere ao 2.º e 3.º ciclo, o fornecimento do serviço de refeições é da competência da DGEstE-DSRLVT, sendo que o Caderno de Encargos prevê apenas o fornecimento do serviço de almoço e está concessionado a uma empresa de restauração coletiva;

5.O processo de organização e monitorização do fornecimento do serviço de refeições municipal (pequeno almoço, almoço e lanche) é da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas em articulação com os Coordenadores dos estabelecimentos de ensino EB e JI e que a prestação do serviço na Escola Básica Carlos Paredes irá constituir uma situação atípica, na medida que o processo de fornecimento de refeições está à responsabilidade da empresa que fornece as refeições na Escola Básica Carlos Paredes;

6.Irá ser assinado entre a DGEstE-DSRLVT e Câmara Municipal de Odivelas um Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para vigorar no ano letivo 2017/2018, cujo objetivo é estabelecer os termos e condições em que ambas as entidades se comprometem a garantir o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB, através dos refeitórios das escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.

7.No âmbito do referido protocolo, será competência da Câmara Municipal de Odivelas exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições, aos alunos do 1.º ciclo, traduzido no acompanhamento local do funcionamento do serviço e fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis.

É celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

e

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEDRO ALEXANDRINO com sede na Escola Secundária Pedro Alexandrino, Rua Aquilino Ribeiro, 2620-182 Póvoa de Santo Adrião, Pessoa Coletiva n.º 600 074 749, neste ato representado pela Senhora Diretora do Agrupamento, Maria do Rosário Ferreira, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira  
(Do Objeto)

1. O presente acordo tem por objeto estabelecer os termos e as condições do fornecimento do serviço de refeições escolares (pequeno almoço, almoço e lanche) aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico a frequentar a Escola Básica Carlos Paredes.

Cláusula Segunda  
(Âmbito de Aplicação)

São beneficiários do serviço de refeições escolares todos os alunos do 1.º ciclo que frequentam a Escola Básica Carlos Paredes, independentemente, da condição sócio-económica dos seus agregados familiares.

Cláusula Terceira  
(Das Condições de Acesso e do Pagamento do Preço das Refeições)

1. Por Despacho do Ministério da Educação, é anualmente fixado o preço da refeição a pagar pelos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública;

2. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade responsável pela gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico no Município de Odivelas, fixa anualmente o preço das refeições a pagar pelos alunos, tendo por base os valores estabelecidos pelo Ministério da Educação para o serviço de almoço. Quanto aos serviços de pequeno-almoço e lanche, os valores fixados são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas.





3. Para efeitos de fornecimento do serviço de refeições são considerados os seguintes escalões:

a) Escalão A – Aluno carenciado – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 1.º escalão para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta integralmente o custo da refeição;

b) Escalão B – Alunos Carenciados – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 2.º escalão para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta a diferença entre o custo da refeição e 50% do valor a pagar pelo aluno;

c) Escalão C – Alunos não carenciados – Alunos cujo agregado familiar se encontra incluído no 3.º escalão e seguintes para efeitos de atribuição do abono de família. Neste escalão, a Câmara Municipal de Odivelas suporta a diferença de preço entre o custo da refeição e o valor a pagar pelo aluno;

4. Para efeitos do serviço de almoço, a Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor real da refeição praticado pela DGEstE-DSRLVT e o valor da comparticipação das famílias, conforme despacho do Ministério da Educação a publicar anualmente.

5. Para efeitos do serviço de pequeno-almoço e lanche a Câmara Municipal de Odivelas efetua o pagamento integral da refeição diretamente à empresa adjudicatária do serviço, nos termos do procedimento em vigor para cada ano letivo.

#### Cláusula Quarta

##### (Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, na qualidade de entidade responsável pelo serviço de refeições ao pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico compromete-se a:

a) Disponibilizar ao Segundo Outorgante a listagem nominativa dos alunos do 1.º ciclo beneficiários da ação social escolar a frequentar da Escola Básica Carlos Paredes, para possibilitar ao registo de refeições na aplicação RECORRA;

b) Afetar recursos humanos destinados ao apoio e funcionamento do refeitório escolar, dos alunos do 1.º ciclo da Escola Básica Carlos Paredes.

c) Articular com o Segundo Outorgante as diligências necessárias para providenciar o fornecimento de pequenos-almoços e lanches aos alunos do 1.º CEB da EB Carlos Paredes;

d) Emitir mensalmente as Faturas comprovativas da aquisição das refeições (pequeno-almoço e lanche), mediante a contraentrega das tabelas preenchidas pelo

Segundo Outorgante e visadas pelo Primeiro Outorgante, onde constem os seguintes elementos: listagem nominal com Números de Identificação Fiscal (NIF) dos alunos, escalão de comparticipação, identificação do número e tipo de refeição consumida;

e) Transferir mensalmente para a DGEstE-DSRLVT o valor da comparticipação dos almoços dos alunos do 1.º ciclo da EB Carlos Paredes, mediante contra entrega de mapas de consumos validados pela Direção do Agrupamento de Escolas;

f) Transferir mensalmente para o Segundo Outorgante, os montantes destinados a suportar os custos do funcionamento do refeitório escolar da Escola Básica Carlos Paredes (gás, eletricidade, água e manutenção dos equipamentos de cozinha), de acordo com as refeições efetivamente consumidas, constantes nas listagens remetidas por este último, conforme alínea anterior.

g) Assegurar o pagamento das dívidas, por parte das famílias, ao Segundo Outorgante, que não tenham sido saldadas até ao final do ano letivo.

#### Cláusula Quinta

##### (Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

a) Efetuar a venda das refeições diretamente aos pais e encarregados de educação, de acordo com o escalão de comparticipação em que se encontrem, bem como proceder à entrega das faturas aos mesmos;

b) Mensalmente receber a verba relativa à venda dos almoços e remetê-la à DGEstE;

c) Mensalmente receber a verba relativa à venda dos pequenos-almoços e lanches e remetê-la, através de transferência bancária ao Primeiro Outorgante;

d) Organizar e gerir diariamente o serviço de refeições dos alunos do 1.º CEB da Escola Básica Carlos Paredes, bem como informar de véspera, a responsável pelo refeitório escolar da Escola Básica Barbosa du Bocage, do número de pequenos-almoços e lanche para o dia seguinte;

e) Registar, mensalmente, na plataforma RECORRA os consumos de almoços dos alunos do 1.º CEB da EB Carlos Paredes;

f) Informar o Primeiro Outorgante até ao dia 10 do mês seguinte, da lista de devedores.

g) Diligenciar junto das famílias, o pagamento atempado das refeições, estabelecendo os contactos necessários para que eventuais dívidas sejam saldadas, evitando que as mesmas sejam apenas consideradas no final do ano letivo;



h) Supervisionar o fornecimento diário do serviço de refeições, aferindo a adequabilidade e da qualidade do serviço prestado;

i) Informar o Primeiro Outorgante de qualquer situação não conforme ocorrida no espaço de refeitório/cozinha e que tenha consequências diretas na prestação do serviço de refeições dos alunos do 1.º CEB da EB Carlos Paredes;

j) Facultar a visita e entrada nas instalações da Cozinha e Refeitório da Escola Básica Carlos Paredes ao Primeiro Outorgante, para que este último possa efetuar a monitorização da prestação do serviço.

Cláusula Sexta  
(Da Vigência)

1. Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente acordo vigora para o ano letivo de 2017/2018, de acordo com o calendário escolar definido anualmente através de despacho ministerial para o efeito;

2. O presente acordo considera-se automaticamente renovado, desde que:

- O atual modelo de gestão e respetiva competência ao nível do refeitório se mantenha na esfera da DGEstE-DSRLVT;

- Nenhum dos Outorgantes, mediante carta registada, manifestar, ao outro, o desejo de dele se desvincular, no prazo de 90 (noventa) dias de antecedência em relação ao seu termo inicial ou a qualquer das suas posteriores renovações.

Cláusula Sétima  
(Disposições Finais)

1.No demais, este acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo ambas as partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelo Ministério da Educação.

2.Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado do mesmo, a menos que as Partes por acordo assim o entendam.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(Maria Rosário Ferreira)''

**(Aprovado por unanimidade)**

**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES  
ESCOLAS CARLOS PAREDES E PORTO PINHEIRO  
TRANSFERÊNCIA DE VERBAS**

Transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja (escola Porto Pinheiro) e Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino (escola Carlos Paredes), relativo à comparticipação dos custos com as refeições dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar dessas escolas, para o ano letivo 2017/2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10278, de 2017.08.31.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS**

**IV FESTIVAL DA MARMELADA BRANCA  
E DOÇARIA CONVENTUAL E TRADICIONAL**

Isenção do pagamento das taxas referentes à submissão de comunicações prévias apresentadas pelos produtores de Marmelada Branca de Odivelas participantes no IV Festival da Marmelada Branca de Odivelas e Doçaria Conventual e Tradicional, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2017, com a consequente devolução de verbas pagas a esse título por aqueles produtores, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/9265, de 2017.08.24.

**(Aprovado por unanimidade)**



## PROCESSOS PARTICULARES

### **PROPOSTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA COLINA DOS CEDROS PROCESSO N.º 115/DPUPE/SPDM**

No âmbito do procedimento de aprovação da Unidade de Execução da Colina dos Cedros pela Câmara Municipal de Odivelas, na reunião de 13 de julho de 2016, e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 18 de agosto e 14 de setembro de 2016, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução da Colina dos Cedros e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicado em Diário da República N.º 152, 2.ª Série, Aviso N.º 9854/2016 de 09 de agosto de 2016. Após o período de discussão pública, foram aprovados na 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 11 de janeiro de 2017, a Delimitação da Unidade de Execução da Colina dos Cedros, respetivos Termos de Referência e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

Os proprietários dos prédios, integrados na Unidade de Execução, manifestam disponibilidade para assumir e contratualizar, conforme dispõe o RJIGT, os encargos de execução inerentes às operações urbanísticas a desenvolver na Unidade de Execução da Colina dos Cedros, conforme estabelecido nos Termos de Referência e respetivo Programa Desenhado da Unidade de Execução e também nas Plantas de Enquadramento do Contrato de Urbanização.

Assim, nos termos do artigo n.º 149, n.º 2 do decreto-Lei N.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial e nos termos do artigo n.º 55 do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, publicado pelo Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de dezembro, e de acordo com o proposto na informação n.º 030/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.28, é proposto aprovar:

As Plantas Síntese para o Contrato de Urbanização;

A Planta Delimitação da Unidade de Execução – Anteprojecto;

A Planta de Áreas de Cedência ao Domínio Público Municipal – Anteprojecto;

Planta Síntese – Solução Urbanística – Anteprojecto.

A Proposta de Contrato de Urbanização da Unidade de Execução.

### PROPOSTA CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

----- PRIMEIRO OUTORGANTE: - MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva número ....., com sede na ....., em ....., representado neste ato, pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Martins, natural da Freguesia de ..... Concelho de ....., portador do Cartão de Cidadão n.º ....., com validade até ....., residente em ....., com poderes para este ato. --

----- SEGUNDA OUTORGANTE: - Colinas do Cruzeiro – Empreendimentos Imobiliários, S.A. -----

CONSIDERANDOS: -----

A) A SEGUNDA OUTORGANTE é proprietária dos seguintes imóveis: -----

1. Prédio urbano com a área de 11.672 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número \_\_\_\_\_ – Freguesia de Odivelas, inscrito na respetiva matriz predial sob Artigo \_\_\_\_\_ – Odivelas; --

2. Prédio urbano com a área de 5.000 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número \_\_\_\_\_ – Freguesia de Odivelas, inscrito na respetiva matriz predial sob Artigo \_\_\_\_\_ – Odivelas; --

3. Prédio urbano com a área de 21.308 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número \_\_\_\_\_ – Freguesia de Odivelas, inscrito na respetiva matriz predial sob Artigo \_\_\_\_\_ – Odivelas; --

B) O PRIMEIRO OUTORGANTE aprovou o Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 171, de 2 de Setembro, através do Aviso n.º 10014/2015, de 2 de setembro; -----

C) Os prédios identificados no Considerando A) estão integrados na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 12 – Área Empresarial de Famões –, identificada no artigo n.º 66 do Regulamento do PDMO (RPDMO); -

D) A Câmara Municipal de Odivelas, deliberou, em 11 de janeiro de 2017, aprovar a delimitação, termos de referência e relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução localizada na Rua Antero de Quental, que corresponde à SUB-UOPG 07 (de ora em diante “Unidade de Execução da Colina dos Cedros”), a qual integra os prédios, melhor identificados no Considerando A); -----

E) De acordo com a delimitação da Unidade de Execução da Colina dos Cedros aprovada, cujas Plantas e os Termos de Referência integram respetivamente os ANEXOS I e II do presente contrato, a SEGUNDA OUTORGANTE assegura a cedência das parcelas necessárias para implantação de espaços verdes e equipamentos de





utilização coletiva e infraestruturas a executar na Unidade de execução das Colinas dos Cedros e assume os encargos inerentes à execução de todas as obras de urbanização a realizar na Unidade de Execução, nos termos definidos nos Anexos III e IV do presente Contrato;-----

CELEBRAM, entre si o presente CONTRATO DE URBANIZAÇÃO, nos termos do artigo 150.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14.05, diploma que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o qual se rege pelas seguintes cláusulas: -----

PRIMEIRA  
(Objeto)

O presente contrato tem por objeto estabelecer e regular a repartição de encargos e benefícios entre o PRIMEIRO e a SEGUNDA OUTORGANTE, decorrentes da realização de operações urbanísticas, nomeadamente quanto à determinação das áreas de cedência ao Município e execução das obras de urbanização previstas no âmbito da Unidade de Execução e seus termos de referência, de acordo com o disposto no artigo 150.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT). -----

SEGUNDA  
(Pressupostos e Objetivos da Unidade de Execução)

1. As operações urbanísticas a executar na Unidade de Execução das Colinas dos Cedros serão desenvolvidas segundo os seguintes pressupostos e objetivos: -----

a) Potenciar o desenvolvimento urbano da área onde a Unidade de Execução das Colinas dos Cedros se localiza, assegurando a transição de uma zona predominantemente urbana com uma zona de características rurais, promovendo a coesão e valorização paisagística do território; -----

b) Melhorar as infraestruturas de mobilidade e transportes através da requalificação da rua Antero de Quental de modo a completar a ligação entre a Avenida das Acácias e a Avenida Dr. Augusto Pais Martins, potenciando a aptidão para a circulação pedonal, ciclável e de transportes públicos de forma confortável; -----

c) Criar uma imagem urbana funcional deste território assegurando a sua vivência com segurança e conforto através da nova frente urbana da Rua Antero de Quental;

d) Promover a valorização paisagística da importante unidade de paisagem local constituída pelas quintas e áreas naturalizadas limítrofes através da valorização dos espaços verdes de enquadramento, tanto privados como públicos.

TERCEIRA  
(Procedimentos Urbanísticos)

1. As partes estabelecem, através do presente Contrato, as áreas a ceder, pela SEGUNDA OUTORGANTE, destinadas

a arruamentos, infraestruturas, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. -----

2. As obras de urbanização a realizar pela SEGUNDA OUTORGANTE na Unidade de Execução das Colinas dos Cedros, melhor identificadas nos ANEXOS I a IV do presente Contrato. -----

QUARTA  
(Obrigações do PRIMEIRO OUTORGANTE)

1. São obrigações do Município de Odivelas, através da Câmara Municipal, designadamente: -----

a) Praticar os atos administrativos inerentes aos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas a realizar no âmbito da Unidade de Execução das Colinas dos Cedros e seus termos de referência, nos termos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; -----

b) Fiscalizar o cumprimento do presente contrato, em todas as suas vertentes, recorrendo a todos os procedimentos administrativos que se revelem adequados para esse fim; -----

c) Fiscalizar designadamente através do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico (DGOU), a execução das obras de urbanização objeto do presente contrato. ---

QUINTA  
(Obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE)

1. No âmbito da sua participação no processo de implementação da Unidade de Execução das Colinas dos Cedros, cabe à SEGUNDA OUTORGANTE promover a apresentação e instrução de todos os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas a desenvolver.

2. Cabe à SEGUNDA OUTORGANTE assegurar a cedência das parcelas necessárias para implantação de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas a executar na Unidade de Execução das Colinas dos Cedros, nos termos do ANEXO III do presente Contrato.-----

3. A SEGUNDA OUTORGANTE é responsável por executar, diretamente ou através de terceiros, suportando os custos inerentes, os trabalhos de requalificação e alargamento da rua Antero de Quental, entre a Avenida das Acácias, “Rotunda Norte”, e o limite sul da sua propriedade, “Rotunda Sul”, adequando a via à sobrecarga urbanística prevista, conformando-a com os objetivos estratégicos do PDM e potenciando e assegurando a aptidão para a circulação pedonal e ciclável, em conformidade com o ANEXO IV do presente Contrato. --

4. A SEGUNDA OUTORGANTE é ainda responsável por assegurar a realização do acesso direto entre a Rua Antero de Quental e a Rua Dr. Augusto Pais Martins; e o



tratamento e arranjo paisagístico do espaço verde de utilização coletiva a sul, confinando com o prédio urbano descrito no ponto 3 da alínea A) dos Considerandos do presente Contrato e a Rua Antero de Quental. -----

SEXTA  
(Áreas de Cedência)

1. No âmbito da Unidade de Execução a SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a ceder, nos termos e para os efeitos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, ao Município, livre de quaisquer ónus ou encargos, a área de 12,741m<sup>2</sup> (doze mil setecentos e quarenta e um metros quadrados) identificada no ANEXO III do presente Contrato. -----

2. A área de cedência identificada no ponto anterior será contabilizada nas operações urbanísticas a realizar na Unidade de Execução das Colinas dos Cedros, para efeitos de aferição da área de cedência ao Município legalmente exigida. -----

3. Será contabilizada, nos termos e para os efeitos previstos no ponto anterior, a área da Parcela 5, com a área de 5.328 m<sup>2</sup>, cedida através de \_\_\_\_ (forma/procedimento), em \_\_\_\_ (data do registo a favor do Município), referida no Anexo III do presente Contrato. -----

4. O deferimento de qualquer operação urbanística no âmbito da Unidade de Execução das Colinas dos Cedros ficará dependente da concretização e confirmação das cedências necessárias, nos termos dos pontos 1 e 3, e do seu registo a favor do Município de Odivelas, por conta da SEGUNDA OUTORGANTE. -----

SÉTIMA  
(Execução das Obras de Urbanização)

1. A execução das infraestruturas nas áreas de cedência identificadas no ponto anterior será da responsabilidade da SEGUNDA OUTORGANTE. -----

2. No procedimento de licenciamento das operações urbanísticas a executar na Unidade de Execução das Colinas dos Cedros, será exigida a prestação de caução nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, no que respeita à execução de obras de urbanização. -----

3. O licenciamento de operações urbanísticas para execução de obras de edificação nas parcelas inseridas na Unidade de Execução estará condicionado à prévia apresentação e aprovação dos projetos referentes às obras referidas nos pontos 3 e 4 da Cláusula Quinta do presente Contrato. -----

4. A execução e a conformidade das obras identificadas no ponto anterior será condição de emissão de autorização de

utilização da primeira edificação a construir nas parcelas inseridas na Unidade de Execução. -----

OITAVA  
(Disposições diversas)

1. Quaisquer alterações a este Contrato só serão válidas desde que convencionadas por escrito, por ambas as partes, com menção expressa de cada uma das cláusulas eliminadas e da redação que passa a ter cada uma das aditadas ou modificadas. -----

2. As prestações ajustadas no presente Contrato são por natureza indissociáveis e sinalagmáticas. -----

3. O Município reconhece o carácter constitutivo dos direitos estabelecidos no presente Contrato, desde já aceitando e autorizando que o complexo desses direitos ou parte deles possa ser cedido a terceiros em virtude da transmissão das Parcelas. -----

NONA  
(Despesas)

Correrão por conta da SEGUNDA OUTORGANTE as despesas resultantes da celebração deste contrato. -----

DÉCIMA  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas do presente contrato são resolvidas casuisticamente, por acordo entre os outorgantes. -----

DÉCIMA  
(Anexos)

ANEXO I – Planta Delimitação da Unidade de Execução  
ANEXO II – Termos de Referência da Unidade de execução da Colina dos Cedros  
ANEXO III – Planta de Áreas de Cedência ao Domínio Público Municipal  
ANEXO IV – Planta Síntese – Solução Urbanística – Requalificação e alargamento da Rua Antero de Quental

E, para constar se lavrou este contrato que, depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes, perante mim.

Odivelas, aos        de        de 2017

O Primeiro Outorgante,

\_\_\_\_\_

A Segunda Outorgante,

\_\_\_\_\_

**(Aprovado por maioria)**



**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO PEDREIRA DOS PEDERNAIS, RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA E INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA  
PROCESSO N.º 118/DPUPE/SPDM**

Considerando que a Proposta da Unidade de Execução se enquadra no âmbito do Plano Diretor Municipal de Odivelas, e que se encontram reunidas as condições para a aprovação da sua delimitação, é proposto submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas a Proposta de Delimitação da Unidade de Execução Pedreira dos Pedernais, os respetivos Termos de Referência e abertura do período de discussão pública, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na informação n.º 029/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.24.

“(…)1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) – Pedreira dos Pedernais, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE proposta integra a área da UOPG 14 – Zona dos Pedernais, do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A área de intervenção da UE Pedreira dos Pedernais corresponde à SubUOPG 14.02 da UOPG 14 – Zona dos Pedernais, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

Esta UE situa-se na União das Freguesias de Ramada e Caneças, na zona poente do território de Ramada, tendo uma área desocupada de aproximadamente de 4,5ha e apresenta as seguintes confrontações:

A Norte, com o bairro residencial Cova da Pia;

A Poente e Nascente, com áreas de espaço de cedência para espaços verdes e equipamentos · A Sul, com a Encosta do Mourigo.

Ao nível das condicionantes, esta área está sujeita às seguintes servidões: Rede de Transporte e Distribuição de Eletricidade - Linhas da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade – RND (aéreas); Domínio Público Hídrico – Linhas de água; (...)

A delimitação desta UE consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As unidades de execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a UE Pedreira dos Pedernais, corresponde ao polígono definido para SubUOPG 14.02, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO define um programa urbanístico específico. Assim, esta UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas requeridas para esta área. (...) (Unidade de Execução Pedreira dos Pedernais-Termos de referência-Agosto de 2017)

**(Aprovado por maioria)**

**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO CASAL DA FONTE  
TERMOS DE REFERÊNCIA E O RELATÓRIO DE  
PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA  
PROCESSO N.º 119/DPUPE/SPDM**

Considerando que se encontram reunidas as condições para submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas o processo referente à delimitação, aos termos de referência e ao relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução do Casal da Fonte, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º e do n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é proposto de acordo com a informação n.º 028/DPUPE/FL/2017, de 2017.08.22, aprovar a delimitação, os termos de referência e o relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução do Casal da Fonte.

“(…) 1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (U.E.) na zona da AUGI do Casal da Fonte na união das freguesias de Pontinha e Famões, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime



Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT). A Unidade de Execução proposta está integrada na área da UOPG-13 – Zona da Ribeira da Paiã, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

## 2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção da *Unidade de Execução Casal da Fonte* (adiante designada por UE 13.03 – Casal da Fonte) corresponde à parte norte da subUOPG 13,03 da UOPG 13 – Zona da Ribeira da Paiã, conforme esquema diretor desenvolvido.

Esta Área de Intervenção situa-se a nascente do Bairro do Casal do Rato e a norte do Bairro do Porto da Paiã, abrangendo uma área de aproximadamente 11ha (onze hectares), dos 14,09ha totais da subUOPG, e apresenta as seguintes confrontações:

A norte e nascente – margem direita da ribeira da Paiã;

A sul – rua Pêro da Covilhã;

A poente – rua dos Lírios, na confrontação com o Bairro Casal do Rato.

Esta área é caracterizada por um relevo com exposição predominante a sul, onde o declive varia entre a cota 114 a norte e a cota 60 a sudeste. As cotas mais baixas correspondem à margem da ribeira da Paiã e o declive está distribuído de modo desigual no território, dado que é de um modo geral suave, acentuando-se abruptamente nas vertentes adjacentes à linha de água.

A nível de condicionantes, em relação às Serviços Administrativos e de Utilidade Pública ocorrem:

### A Norte e a Nascente

Domínio Público Hídrico / Linha de Água

### Longitudinalmente com orientação norte-sul

Rede de Transporte e Distribuição de Energia – Eletricidade / Linhas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade – RNT (aéreas)

### Em toda a área da unidade

Servidão Aeronáutica  
Faixa na cota 245 (abrange o quadrante SE da UOPG)  
Zonamento – zonas 7 e 8

Existe ainda uma área afeta à Reserva Agrícola Nacional (RAN) com cerca de 1ha.

Contém espaços integrados nos ecossistemas ‘Zonas Declivosas – Áreas com risco de erosão’ e ‘Zonas Declivosas – Escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica’ da Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo apresentadas exclusões (n.ºs E8 e E9) para as áreas urbanas a desenvolver. (...)

## 6. CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução do Casal da Fonte corresponde à metade norte do polígono da sub-UOPG 13.03, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica e fronteiras físicas muito expressivas, a rua Pêro da Covilhã e a ribeira da Paiã, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO, define um programa urbanístico específico.

Assim, a UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à programação das operações urbanísticas desta unidade, nomeadamente a reconversão da AUGI do Bairro Casal da Fonte, ao abrigo da Lei 91/95, de 2 de setembro na sua atual redação. (...)”(*Unidade de Execução-Termos de Referência-Casal da Fonte-Março 2017*)

### “(…)1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (UE) do Casal da Fonte.

A delimitação da presente UE decorre da estratégia territorial definida no esquema diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 13 – Zona da Ribeira da Paiã e corresponde à divisão SubUOPG



13.03, que se situa a nascente do Bairro do Casal do Rato e a norte do Bairro do Porto da Paia, abrangendo uma área de aproximadamente 11ha (onze hectares).

### 3. PROCEDIMENTO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Nos termos do n.º4 do artigo n.º148 do RJIGT, a Câmara Municipal de Odivelas, na 8.ª Reunião Ordinária de 19 de abril de 2017, deliberou por maioria aprovar a abertura do período de discussão pública da proposta de delimitação da UE do Casal da Fonte.

O período de discussão pública decorreu de 10 de Julho e 6 de Agosto de 2017.

A discussão pública da presente UE assentou, à semelhança do que sucede na generalidade dos instrumentos de gestão territorial, em quatro momentos fundamentais: abertura e anúncio do período de discussão pública; comunicação e divulgação dos documentos em consulta pública; participação e esclarecimento dos interessados; sistematização, ponderação e divulgação dos resultados da discussão pública.

#### ABERTURA E ANÚNCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Após a deliberação da Câmara Municipal, a mesma foi objeto de publicação no Diário da República 2.ª série, N.º 125, de 30 de junho através do Aviso n.º 7349/2017, de 30 de junho. Procedeu-se à sua divulgação através da comunicação social (anúncio publicado no jornal Correio da Manhã) e da página Web da Câmara Municipal.

#### COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS EM CONSULTA PÚBLICA

Estiveram em consulta pública os seguintes documento:

AVISO N.º 7349/2017, DE 30 DE JUNHO

PEÇAS ESCRITAS

Termos de referência da Unidade de Execução do Casal da Fonte

PEÇAS DESENHADAS

ANEXO I – PROGRAMA DESENHADO

Planta 01 – Planta Síntese

Planta 02 – Plantas de Cadastro e Usos do Solo

Planta Cadastral

ANEXO II – SÍNTESE DO ESQUEMA DIRETOR DA UOPG 13 – ZONA DA RIBEIRA DA PAIÁ

Planta 01 – Planta Síntese

Planta 02 – Plano do limite das SubUOP

Complementarmente foi, também, disponibilizada a ficha da UOPG 13 – Zona da Ribeira da Paia, que contextualiza este território em matéria de ordenamento do território e orientações programáticas.

Estes documentos foram impressos para consulta no balcão de atendimento do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico e disponibilizados em formato digital na página Web do município.

#### PARTICIPAÇÃO E ESCLARECIMENTO

Com efeito e nos termos do Aviso n.º 7349/2017, de 30 de junho, que publica a deliberação da abertura da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Casal da Fonte, todos os interessados puderam apresentar os seus contributos por escrito no prazo de 20 dias úteis.

Para o efeito e para além da morada postal, a CMO disponibilizou um formulário de preenchimento *on line*, desenvolvido na plataforma Google Docs. O mesmo formulário em versão impressa foi disponibilizado no serviço de atendimento ao público do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico.

Considerando a importância do esclarecimento de todos os interessados no processo de promoção da participação dos cidadãos em discussões públicas deste tipo de instrumentos, foi determinado que o atendimento para a clarificação de dúvidas relacionadas com a proposta de delimitação desta Unidade de Execução ocorresse no horário de atendimento ao público.

#### SISTEMATIZAÇÃO, PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

A fase de sistematização e ponderação de contributos recolhidos no âmbito de iniciativas de esclarecimento dos cidadãos face a propostas em discussão pública, não teve expressão neste processo, uma vez que não houve lugar a nenhum tipo de contributo.

### 4. CONCLUSÃO

Verifica-se que durante o período de discussão pública não foi solicitado nenhum tipo de esclarecimento relativo à proposta de delimitação da Unidade de Execução do Casal da Fonte, nem apresentado, por nenhuma das vias anteriormente referidas, qualquer tipo de contributo (Sugestão/observação, reclamação, pedido de esclarecimento, outro).

Neste sentido e perante a ausência de participação registada neste processo, não se justifica proceder a qualquer tipo de alteração ou ajuste à presente proposta.

Mantêm-se, por conseguinte, os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 8.ª Reunião Ordinária de 19 de abril de 2017,





convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final(...)” (Unidade de Execução-Casal da Fonte- [Relatório de Ponderação da Discussão Pública] Agosto 2017)

**(Aprovado por unanimidade)**

**DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO DE  
APROVAÇÃO DO ESTUDO DE LOTEAMENTO  
QUINTA DOS CEDROS  
PROCESSO N.º 14191/L/OC**

De acordo com o proposto na informação dos serviços com o n.º 43/APV/2017, constante a folhas 1509 do processo n.º 14191/L/OC, de 2017.08.29, é proposto aprovar a nulidade do ato administrativo de aprovação do estudo de loteamento referente ao processo n.º 14191/L/OC, em nome de Cedrus - Investimentos Agrícolas e Industriais, S.A., nos termos do artigo 161º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, em conformidade com os artigos 67º e 68º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, conforme consta do processo mencionado em epígrafe.

**(Aprovado por unanimidade)**

**EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/2002  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
PROCESSO N.º 14668/L/OC**

De acordo com o proposto na informação dos serviços com o n.º 50/APV/2017, de 2017.08.24, referente ao processo com o n.º 14668/L/OC, em nome de Josué Bernardo e outros, alvará n.º 11/2002, em Famões, é proposto:

A execução coerciva das obras de urbanização e manutenção em falta, identificadas nas informações das unidades orgânicas do Município referidos na informação técnica de folhas 1075 a 1058, “...após a receção das obras de urbanização e durante o prazo de garantia da obra o titular não efetuou a reparação/manutenção das infraestruturas urbanísticas nomeadamente arranjos exteriores, arruamentos, passeios, sinalização e outros trabalhos...”, nos termos do previsto nos artigos 84º, 105º n.º3, 107º e 108º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE),

A consequente adoção dos procedimentos necessários ao acionamento da caução existente, que foi prestada nos termos do previsto no artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), através da apresentação de garantia bancária n.º 166-43.010269-8 da Caixa Económica do Montepio Geral, no valor de €23.100,00 (vinte e três mil e cem euros), conforme consta do processo.

**(Aprovado por unanimidade)**

**EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 07/2005  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
PROCESSO N.º 2620/LO**

De acordo com o proposto na informação dos serviços com o n.º 51/APV/2017, de 2017.08.24, referente ao processo com o n.º 2620/LO, em nome de J.J. Alves, Lda., alvará de loteamento 7/2005, na Quinta das Flores, Caneças, é proposto:

A execução coerciva das obras de urbanização e manutenção em falta ou deficientemente executadas e identificadas nas informações das unidades orgânicas do Município, referidos na informação técnica de folhas 1114 a 1116 a 1058, “... 1.1. Na receção provisória das obras de urbanização, ficaram por executar as seguintes obras: colocação da última camada de betuminoso no arruamento que entronca com a Rua Beatriz Costa, passeios nas zonas laterais aos lotes 3, 4 e nas traseiras de todos os lotes, muros de contenção, implementação do projeto de sinalização, modelação de terreno junto ao lote 6 e muro de contenção/vedação junto à área de cedência para verdes, no limite poente do loteamento; As obras atrás referidas ficaram de ser concluídas até à receção definitiva das obras de urbanização ou até à emissão dos alvarás de utilização dos edifícios. 2. (...) Após a receção provisória, o urbanizador abandonou as obras de urbanização, não concluindo as obras em falta, havendo deterioração dos arruamentos, passeios arranjos exteriores, e falta de implementação do projeto de sinalização (...)”, nos termos do previsto nos artigos 84º, 105º n.º3, 107º e 108º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);

A consequente adoção dos procedimentos necessários ao acionamento da caução existente, que foi prestada nos termos do previsto no artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), através da apresentação de garantia bancária n.º 066-43.010124-7 do Montepio Geral, no valor de €139.700,00 (cento e trinta e nove mil e setecentos euros), conforme consta do processo.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO  
N.º 9/2005, PARA OS LOTES L01 A L15, L19 A L22 E L27 A L28  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO E  
OLIVAL BASTO - PROCESSO N.º 8878/L/N**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 09/2005, para os Lotes L01 a L15, L19 a L22 e L27 a L28, inseridos na Quinta do Barruncho – Granja da Paradela, em nome de Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, S.A., União de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, nas condições da informação técnica constante de folhas 3121 a 3126, e de acordo com o proposto na informação n.º 52/APV/2017, de



2017.08.24, constante de folhas 3127 a 3128 do processo n.º 8878/L/N.

“... as alterações propostas, resumem-se a: a) aumento da área de construção habitacional total de 37.745,5m<sup>2</sup> para 39.196m<sup>2</sup> (mais 1.450m<sup>2</sup>); b) redução da área de construção destinada a atividades económicas de 6.547 m<sup>2</sup> para 5.097m<sup>2</sup>; c) manutenção da área total de construção e respetivo índice de construção; d) redução do n.º total de fogos, reduzindo o seu número em 2, o que implica a redução do n.º fogos/há; e) aumento do n.º de lugares de estacionamento privativos passando de 576 para 594; f) aumento do n.º de lugares de estacionamento públicos de 223 para 241, aumentando em 36 o n.º de lugares de estacionamento afetos à operação de loteamento; g) manutenção das áreas de cedência para arruamentos, espaços verdes e equipamentos; h) aumento em 1 piso dos lotes L08 a L12 destinado a estacionamento, tendo sido consultada a ANA para verificação do cumprimento da servidão aeronáutica ao Aeroporto de Lisboa. A proposta não implica qualquer agravamento dos parâmetros anteriormente aprovados. (...)” (informação n.º 52/APV/2017, de 24-08-2017)

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE  
LOTEAMENTO N.º 10/2002 PARA OS LOTES 19 E 99  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
PROCESSO N.º 1376/LO**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2002, para os lotes 19 e 99, inseridos no Bairro Sete Quintas (AUGI 2), em nome de Tiago Francisco Nunes dos Santos e Amélia Sousa Reis, na União das Freguesias de Ramada e Caneças. A alteração tem como objetivo alterar a área prevista para o lote 19, bem como as áreas de implantação, construção e número de fogos para o lote 99 com vista à sua legalização, de acordo com o proposto na informação técnica constante de folhas 1718 a 1721, e de acordo com a informação n.º 1376/LO de 2017.08.24, constante a folhas 1723 do Processo n.º 1376/LO, nas seguintes condições:

- Aceitação da redução do perfil do arruamento e integração da área na parcela privada correspondente ao lote 19, com a responsabilidade da sua execução aquando do procedimento de Comunicação Prévia da edificação, decisão que não impede a receção das obras de urbanização, desde que não seja libertada a caução prestada pelo lote 19 até à conclusão do arruamento.
- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no

n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e nº2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 201,91€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (1,39m<sup>2</sup>), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e nº2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE  
LOTEAMENTO N.º 14/89 PARA O LOTE 245  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
PROCESSO N.º 31158/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 14/89, para o Lote 245, inserido no Bairro Casal do Rato, em nome de Edite José Serrano Gonçalves, União de Freguesias de Pontinha e Famões. A alteração consiste na proposta de aumento do polígono de implantação e do número de fogos previstos para o lote, e por conseguinte, das áreas de implantação e construção, tem como objetivo a legalização da edificação existente no lote 245, nas condições constantes na informação técnica n.º 69/MS/DGOU/DRRU/17, de 2017.08.22, e de acordo com o proposto na informação n.º 31158/OM de 2017.08.22, constante a folhas 5912 do processo.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE  
LOTEAMENTO N.º 03/2007 PARA OS LOTES 4, 7, 18, 19 E 50  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
PROCESSO N.º 46796/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 03/2007, para os Lotes 4, 7, 18, 19 e 50, inseridos no Bairro Quinta das Canoas, em nome de Alcides Amado e Outros, na União de Freguesias de Pontinha e Famões. A alteração tem como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes 4, 7, 18, 19 e 50. Na generalidade, propõe-se o aumento da área de implantação e construção bem como na área dos espaços destinados a anexo. Propõe-se ainda em situações pontuais mudança de utilização, nomeadamente atividades económicas, de acordo com o proposto na informação técnica dos serviços e na informação n.º 46796/RC de 2017.08.17, constante a folhas 1552 do processo, nas seguintes condições:



- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em AUGI, podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 38.678,45€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (256,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE  
LOTEAMENTO N.º 14/89 PARA O LOTE 124  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
PROCESSO N.º 31158/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 14/89, para o Lote 124, inserido no Bairro Casal do Rato, em nome de Jerónimo Mendes Batista, na União de Freguesias de Pontinha e Famões. A proposta consiste na alteração e aumento do polígono de implantação de pisos, de área de construção e do número de fogos previstos visando sequente legalização da edificação existente no lote 124, nas condições constantes na informação técnica n.º 71/MS/DGOU/DRRU/17, de 2017.07.20, e de acordo com o proposto na informação n.º 31158 de 2017.08.22, constante a folhas 5913 do Processo.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO ALTO DE FAMÕES LOTE 145  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 145, da Rua João de Barros, no Bairro Alto de Famões, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10134 de 2017.08.01, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 860,00 (Oitocentos e sessenta euros e zero cêntimos), em nome de Vítor Manuel Gouveia Aurindo, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2011DRU, de 18 de novembro, de acordo com o proposto na informação n.º 71.2017, de

2017.08.21, e na informação técnica n.º 94/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.14.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO ALTO DE FAMÕES LOTE 161  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 161, da Rua Fernão Lopes, no Bairro Alto de Famões, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10149 de 2017.08.01, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 1.201,00 (Mil duzentos e um euros e zero cêntimos), em nome de Vítor Manuel Gouveia Aurindo, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2011DRU, de 18 de novembro, de acordo com o proposto na informação n.º 72.2017, de 2017.08.21, e na informação técnica n.º 95/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.14.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
BAIRRO DOS CARRASCAIS LOTE 77  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2007/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 77, da Rua da Boavista, no Bairro dos Carrascais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10551 de 2017.08.02, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 621,50 (seiscentos e vinte e um euros e cinquenta cêntimos), em nome de Leontina Maria Paulo Alberto, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 6/2007DRU, de 28 de dezembro, de acordo com o proposto na informação n.º 77.2017, de 2017.08.23, e na informação técnica n.º 98/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.23.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 713  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 713, da Rua Valentim António de Carvalho, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 13265 de 2017.08.16, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 7.364,75 (Sete mil, trezentos e sessenta e quatro euros e setenta e





cinco centimos), em nome de Macário da Silva Gomes, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 78.2017, de 2017.08.24, e na informação técnica n.º 99/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.23.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 585  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 585, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 12598 de 2017.08.21, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 6.170,90 (Seis mil, cento e setenta euros e noventa centimos), em nome de Licínio José Bandarras Jorge, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 80.2017, de 2017.08.24, e na informação técnica n.º 100/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.24.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS  
BAIRRO DOS PEDERNAIS LOTE B-138  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote B-138, da Rua D. José, Lote B-138, no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10914, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 722,42 (Setecentos e vinte e dois euros e quarenta e dois centimos), em nome de Nelson Joaquim Esteves Serrão, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001/DRU, de 07 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 81.2017, de 2017.08.24, e na informação técnica n.º 101/RO/DRRU/DGOU/2017, de 2017.08.24.

**(Aprovado por unanimidade)**

## CÂMARA MUNICIPAL

### 2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 8 de setembro de 2017

## DELIBERAÇÕES

### ORÇAMENTO

#### 15.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 13.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2017

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/10310, datada de 2017.09.01, a autorizar a 13.ª Alteração Orçamental (Extraordinária) de 2017, 15.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à referida informação e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na mesma informação.

“13.ª Alteração Orçamental (extraordinária)

A 13.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2017 reveste-se de caráter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar o projeto relativo a “Projetos Educativos Municipais – Projeto de Cidadania”, no valor de 4.000,00 Euros (quatro mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 4.000,00 Euros (quatro mil euros), verificando-se uma manutenção das despesas correntes, bem como das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

#### Modificação Despesa

##### Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	4.000,00	4.000,00
Total de Despesas Capital	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>4.000,00</b>	<b>4.000,00</b>

(un:euros)”

**(Aprovado por maioria)**



**16.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL**  
**3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2017**

3.ª Revisão Orçamental de 2017, 16.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/10355, de 2017.09.04 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação n.º Interno/2017/10355, de 2017.09.04.

**Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal**

**(Aprovado por maioria)**

**DIREITO DE SUPERFÍCIE**

**PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÃO**

Prorrogação do prazo por 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão da construção da nova igreja do Casal da Silveira, em Famões, a contar da data da assinatura da escritura de alteração do Direito de Superfície, que foi constituído a favor da Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora do Rosário de Famões sobre o lote P1, sito no Casal da Silveira, mediante escritura Pública outorgada em 2 de maio de 2006, em cumprimento da deliberação de cedência do mesmo, aprovada na 24.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 15 de Dezembro de 2004 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24/2004, página 10*) e na 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 29 de abril de 2005 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8/2005, página 40*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/10388, de 2017.09.05.

**(Aprovado por unanimidade)**



## UNIDADES ORGÂNICAS

## DESPACHOS

## VEREAÇÃO

### DESPACHO N.º 3/VMFF/2017

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Maria Fernanda Franchi, na Senhora Adjunta, Dra. Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes

Nos termos do n.º 6 do artigo 42º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que aprovou o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com o artigo 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e ao abrigo do disposto no despacho de delegação e subdelegação de competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 106/PRES/2015, de 27 de outubro, pelo presente despacho subdelego na Adjunta do meu Gabinete de Apoio, **Senhora Dra. Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes**, o exercício, durante o meu período de férias, **de 05 de setembro a 08 de setembro**, das competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito do referido Gabinete:

A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pela subdelegada.

Poderá ainda a subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, a subdelegada abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá a subdelegada prestar à subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

As competências agora subdelegadas poderão, por sua vez, ser objeto de subdelegação sempre que tal se justifique e com autorização prévia da signatária.

Odivelas, 04 de setembro de 2017.

A Vereadora

No uso da competência que me foi delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, através do Despacho n.º 106/PRES/2015, de 27/10/2015

Mª Fernanda Franchi

## AVISOS

### AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2010  
B.º Galo de Pêra - Ramada/Caneças

### 1.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 25.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 28 de dezembro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação das Telas Finais no âmbito da Receção Definitiva das Obras de Urbanização do Alvará de Loteamento n.º 4/2010, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome da Comissão de Administração Conjunta do Bairro Galo de Pêra.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo que substitui a planta de síntese do alvará de loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 18 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



## DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

### HABITAÇÃO

**Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de agosto de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/10341, de 2017.09.04:**

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Ao Sr. Presidente da CMO, com proposta de assinatura do ofício dirigido à “Silviurbana Investimentos Imobiliários, Lda.” e do contrato de arrendamento do fogo de destino (5 originais). Mais se propõe, posterior envio ao DJGFP/DFA, para efeitos de cancelamento do pagamento e estorno das verbas cabimentadas a favor de Alfredo Martins Gravito com efeitos a 31 de agosto de 2017, bem como, cabimento, compromisso e pagamento do valor de 1.656,30€ (mil seiscentos e cinquenta e seis euros e trinta cêntimos), referente a pagamento de rendas de setembro de 2017 a dezembro de 2017, a favor de Liberato José dos Santos, no âmbito do Prohabita II, devendo para o efeito ser utilizada a classificação mencionada na etapa 7, condicionado à prévia verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como da verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017.”

Data da decisão: 2017/08/14

#### Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2017/42145

Interno/2017/8765 de 2017/07/21

Assunto: Atualização do agregado: Francisco Pinto das Neves – Rua Elysio Moura, n.º 8 – 2.º Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Segue contrato de arrendamento assinado. Oficie-se nos termos propostos a regularização de dívida das rendas em atraso, bem como o novo valor de renda e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão, no agregado familiar, de Francisco Pinto das Neves por falecimento.”

Data da decisão: 2017/08/02

#### Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2017/42464

Interno/2017/8674 de 2017/07/19

Assunto: Contrato de arrendamento apoiado – Nome: Ana Tavares Fernandes – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 4 – 3.º Dtº - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Segue contrato de arrendamento assinado. À Divisão de habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/08/14

EDOC/2017/43327

Interno/2017/8892 de 2017/07/25

Assunto: Plano de regularização – António de Fátima Valadares Pereira – Praceta Grão Vasco, n.º 3 – 2.º Dtº - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos, dando parecer favorável ao acordo de regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/08/03

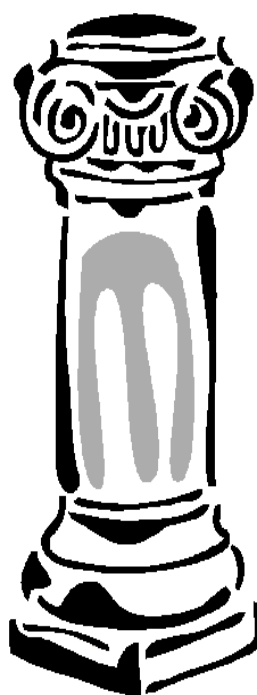
EDOC/2017/44767

Interno/2017/9518 de 2017/08/07

Assunto: Prohabita Acordo 574 – Transferência de Agregado Prohabita a pedido da Empresa Silviurbana – da Cave Frt. para o 1.º Dtº da Praceta Manuela Porto, 2, Arroja, Odivelas – Cessação de arrendamento e assinatura de novo contrato de arrendamento.



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 14 de setembro de 2017

## DELIBERAÇÕES

### MOÇÃO

#### MOÇÃO

##### ARRANQUE ATRIBULADO DO ANO LETIVO

Considerando que:

1. O início do ano letivo em Odivelas registou alguns problemas, apesar dos esforços de propaganda do executivo municipal;
2. Nos jardins de infância e no primeiro ciclo vários alunos foram colocados em escolas distantes da sua área de residência. Tendo alguns desses alunos e alunas sido colocados em agrupamentos escolares para os quais não concorreram;
3. Na Pontinha um grupo de pais, mães e encarregados de educação manifestaram publicamente o desagrado pelo facto dos seus educandos terem de fazer vários quilómetros para chegarem da vila até às escolas em que voltaram a ficar colocados, em particular crianças entre os 5 e os 10 anos;
4. No concelho em que a natalidade é bandeira para usar na lapela ao mesmo tempo que se pré-anunciam encerramentos de escolas e em que a resposta pública de creches e jardins de infância está longe de ser satisfatória;
5. A rede de transportes coletivos do concelho não responde às necessidades das populações, em termos de horários e percursos;
6. Existem salas de aula que foram abertas sem que estivesse assegurado o material didático necessário e nem os recursos humanos adequados;
7. Estes e outros problemas estão a acontecer em vários agrupamentos no concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 14 de setembro de 2017, delibera:

1. Recomendar ao executivo municipal que, em conjunto com os agrupamentos escolares do concelho, avalie os casos em que as crianças dos JI ou primeiro ciclo foram colocadas a grandes distâncias da sua residência e implemente um sistema de transportes escolares excecional que responda a essa problemática;
2. Exigir o imediato equipamento adequado de todas as salas de aula do concelho;
3. Pugnar pelo cumprimento dos rácios de docentes e não docentes em todas as escolas e jardins de infância de Odivelas, de modo a garantir que as famílias têm a resposta de qualidade que é exigível ao serviço público de educação, sem recorrer a trabalho precário;

Enviar este documento à DGESTE, a todos os agrupamentos de escolas de Odivelas, a todas as associações de pais e encarregados de educação de Odivelas e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do CDS/PP, PSD, CDU e BE, com os votos contra da bancada do PS)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

#### MOÇÃO

##### POR UM FINANCIAMENTO PÚBLICO QUE CUMpra A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

Considerando que:

1. As transferências no último orçamento do Estado para os municípios atingiram 2, 5 mil milhões de euros. Após os cortes brutais às autarquias impostos pelo anterior governo e para além da comparticipação forçada dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal, o montante das transferências em 2017 foi já uma melhoria (mais cem milhões de euros que em 2015) mas ainda assim não foi inteiramente cumprido o artigo 35º da Lei das Finanças Locais;
2. Para responderem aos problemas sociais e económicas que afetam as populações, os municípios têm até alargado a sua intervenção a matérias que não são suas atribuições. E apesar disso tem vindo a diminuir a despesa efetiva (menos 120 milhões de euros só no primeiro semestre de



2016) e a dívida total dos municípios também foi reduzida em mil milhões de euros;

3. Num quadro em que estão a ser desenhadas novas competências para as autarquias, importa romper o ciclo de incumprimento da Lei das Finanças Locais e aumentar o total das transferências para os municípios, a par dum maior rigor na gestão das finanças autárquicas e do reforço dos mecanismos de participação e fiscalização.

**A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 14 de setembro de 2017, delibera:**

1. Defender que no processo de elaboração do Orçamento do Estado para 2018 sejam tidas em conta as sugestões já apresentadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e seja integralmente respeitada a Lei das Finanças Locais

Enviar este documento a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE aprovado por maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU, BE, PS, PSD e CDS/PP e votos contra do Domingos Cabaço em nome individual)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

**16.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL  
3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2017**

3.ª Revisão Orçamental de 2017, 16.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/10355, de 2017.09.04 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 8 de setembro de 2017 (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 26), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

**“PREÂMBULO**

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL encontra-se devidamente calendarizada de acordo com o mapa das modificações orçamentais aprovado em 2017 e permitirá incorporar no Orçamento do presente ano, a inscrição de

novos projetos, bem como ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes.

No âmbito da presente Revisão Orçamental, importa destacar o reforço dos seguintes projetos/ações:

- 19.500,00 euros, relativo a “Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo”;

- 21.000,00 euros, para o “Apoio Extraordinário ao Associativismo”;

- 31.950,00 euros, no projeto “Intervenção no Túmulo Dom Dinis”;

- 20.000,00 euros, referente a “Trabalhos Diversos em Escolas”;

- 30.000,00 euros, para a “Construção da Unidade de Saúde de Famões.

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se um aumento das despesas de capital em 25.884,00 Euros, por contrapartida, de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes.

Ao nível do Orçamento de Receita, não se verificou qualquer movimento de reforço ou diminuição, pelo que se mantiveram as previsões atuais.

Deste modo, manteve-se o valor global do Orçamento Municipal em 95.483.265,00 euros.

Odivelas, 08 de setembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)





Orçamento de 2017

Resumo do Orçamento – 3.ª Revisão

Receitas							Despesas						
	Inicial	Atual	Variação	Após 3.ª Revisão	Variação (5)			Inicial	Atual	Variação	Após 3.ª Revisão	Variação (5)	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	Valores	Perc.
Correntes	67.414.614,00	68.631.262,13	0,00	68.631.262,13	0,00	0,0%		62.162.311,21	64.255.493,40	2.093.182,19	64.229.609,40	-25.884,00	0,0%
Capital	20.188.825,00	20.188.825,00	0,00	20.188.825,00	0,00	0,0%		25.446.277,79	31.227.771,80	5.781.493,81	31.253.655,60	25.884,00	0,1%
Outras	5.160,00	6.663.177,87	0,00	6.663.177,87	0,00	0,0%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
<b>TOTAL</b>	<b>87.608.589,00</b>	<b>95.483.265,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95.483.265,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>		<b>87.608.589,00</b>	<b>95.483.265,00</b>	<b>7.874.676,00</b>	<b>95.483.265,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

**(Aprovado por maioria)**